

Histórias de Vida e de Sofrimento na Colónia de Moçambique (1954-1974)

Olga Iglésias¹²³

“Não vamos esquecer o tempo que passou.
Quem pode esquecer o que passou!”¹²⁴

RESUMO

Desde 2010 a 2016 investiguei “O poder colonial e o impacto do Islão em Moçambique (1954-1974), no âmbito de um pós-doutoramento, orientado pela Professora Doutora Joana Pereira Leite no CEsa/CSG/ISEG/UL. Neste artigo, que se insere na publicação final que estou a preparar gostava de partilhar as histórias de vida e de sofrimento com as quais me deparei no decurso da pesquisa, quando procurava no ambiente associativo islâmico iniciativas de clandestinidade e resistência. Selecionei assim, o drama que conheci em Cabo Delgado, mais concretamente em Pemba/Ex-Porto Amélia e, sobretudo no Ibo, lugar paradisíaco no arquipélago das Quirimbas, local de História e Memória em que estava instalada uma cadeia da PIDE/DGS, mais concretamente na Fortaleza de S. João Batista, onde na porta de entrada se podia ler um presságio de horror: “entrada sem saída”, como nos relataram os nossos entrevistados!

Palavras-chave: Encarceramento Colonial. Moçambique. Movimento Associativo. Resistência. Clandestinidade. Movimento Independentista.

Abstract

Since 2010 to 2016, I have been researching: “The colonial power and the impact of Islam in Mozambique” (1954-1974), as part of a post-doctoral study, directed by Professor Joana Pereira Leite in CEsa / CSG / ISEG / UL. Throughout this article, which is included in the final publication, I will share stories of life and suffering which I came across in the course of my research into the Islamic associative initiatives and underground resistance. I will be focusing on imprisonment during the colonial period, and how political prisoners survived those times based on life stories and crossing oral History with documents from FRELIMO and colonial authorities. Take the case of a PIDE/DGS prison, in Fort St. John the Baptist (Ibo/Cabo Delgado), where the entrance door displayed the unsettling omen: “No Exit”.

Key-Words: Colonial Incarceration; Mozambique; Associative Movement; Resistance; Independence Movement.

¹²³ Investigadora no CEsa/CSG/ISEG/UL e integrada no IHC/FCSH/UNL. iglesias.olga@gmail.com

¹²⁴ Estrofe inicial duma canção revolucionária, Grupo Cultural das FPLM, 1974.

Introdução

Na ciência histórica, a hermenêutica, a arte de interpretar a documentação recolhida encontra, na construção da História de Moçambique, a questão fundamental, sobre o papel do registo oficial português, relativo à oposição africana, isto é, distinguir, fora do traço burocrático as zonas de conflito, o que não é tarefa fácil. O “*dito*”, mascarado de verdadeiro, à custa de tantas vezes ser repetido, tem que ser cotejado com o “*não-dito*”, submerso nas entrelinhas.

Nesta análise confrontou-se a documentação produzida em duas verdades antagónicas: a da administração colonial e a dos movimentos nacionalistas, com a informação vinda a lume nos jornais ou radiofunda, assim como as histórias de vida, detalhadas e coloridas de acção. Limpo o pó do tempo, com rigor e seriedade analisou-se um passado-presente, através de fontes orais, escritas e iconográficas que nos permitiram uma aproximação à verdade, ainda que ela esteja bem afastada da versão oficial. Desfazer mitos, em nome da verdade histórica.

A tese defendida

A tese que defendemos é a existência de uma luta em crescendo, sendo o ponto mais alto da resistência, a organização em movimentos de libertação. Quando, como e porquê se radicalizou essa luta? Quem a fez? São algumas das questões que iremos desenvolver, isolando no quadro da oposição ao regime de Salazar, a de iniciativa africana e as que envolveram a população colonizada. Quando estudámos as associações africanas, observámo-las como viveiros de consciencialização, onde as camadas mais jovens despertaram para o nacionalismo africano, sob o véu diáfano da poesia. Entre todos destacámos o poeta Rui de Noronha¹²⁵, que cantava África, “*surge et ambula*”, sonhando a Pátria, na terra onde nasceu - Moçambique. A época temporal estudada foi de revolta, de greves de ferroviários e de estivadores, de distribuição de panfletos, com a letra desenhada no *stencil*, para não ser identificada, de organização de cooperativas de camponeses; tempo de repressão, de prisão e tortura, de deportação e de massacre.

A pesquisa realizada

¹²⁵ Ver SOPA, António, SILVA, Calane e NEVES, Olga Iglésias, *Rui de Noronha. Ao Mata-Bicho*, Maputo, Texto Editores, 2006, p. 109- 111.

Defende-se a tese que no seio das comunidades africanas e no estudo de caso das islâmicas surgiu um grupo de elementos que em associações criadas em redor das mesquitas influenciaram culturalmente as sociedades em que se inseriram. A problemática aborda assim, como é que o poder colonial Português e pós-colonial, dirigido pelo partido FRELIMO, interagiu e interage com essas sociedades fortemente islamizadas?

A finalidade da pesquisa, o nosso grande objetivo é o estudo de caso – As comunidades islâmicas.

Os objetivos principais da nossa pesquisa em geral foram:

1. Identificar as comunidades islâmicas em Moçambique;
2. Verificar o impacto do islamismo no movimento associativo moçambicano;
3. Analisar as relações dos Povos do Norte de Moçambique com o poder colonial e os movimentos independentistas: A MANU (Mozambique African National Union/ União Nacional Africana de Moçambique), criada em 1959 a partir de associações mutualistas, entre essas, a União Maconde de Moçambique, fundada em 1954;
4. Analisar as vivências e trajetórias das famílias afro-islâmicas decorrentes dos processos de colonização e descolonização;
5. Conhecer as realidades da comunidade islâmica originária de Moçambique atualmente imigrante em Portugal;
6. Aferir do relacionamento entre a comunidade imigrante islâmica e a sociedade portuguesa;
7. Confrontar e problematizar os resultados da pesquisa, no sentido de desenvolver linhas analíticas que permitam aferir da importância do movimento associativo de inspiração islâmica na construção do Moçambique independente.

O Estado da Arte

A investigação levada a cabo por professores moçambicanos da Universidade Eduardo Mondlane tem tido como resultado uma importante pesquisa em documentos escritos e orais, ressaltando o valor do Arquivo Histórico de Moçambique. O Professor Doutor João Paulo Borges Coelho¹²⁶, na sua tese de doutoramento, *“Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican*

¹²⁶ Professor da UEM, doutorou-se na Universidade de Bradford, na Grã-Bretanha.

Province of Tete (1968-1982). A History of State Resettlement Policies, Development and War” (1993), destaca a necessidade de se analisarem os documentos do regime colonial português para se compreender o fenómeno da guerra colonial / luta de libertação nacional.

Ouvindo os mais velhos, a Professora Doutora Teresa Cruz e Silva¹²⁷ analisou o papel da Missão Suíça, na sua tese de doutoramento, *“Protestant Churches and the formation of political consciousness in Southern Mozambique (1930-1974): The case of the Swiss Mission”* (1996), onde a personalidade de Eduardo Mondlane é estudada, no contexto de uma educação protestante. No Centro de Estudos Africanos, o Professor Fernando Ganhão¹²⁸ desenvolveu, desde os finais da década de 80, uma pesquisa centrada no estudo do nacionalismo, a partir de documentação reservada do Partido FRELIMO e da memória de antigos combatentes.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foram estudados três fundos de documentação, a saber - o de Oliveira Salazar, da PIDE e dos S.C.C.I.M., sobre as actividades ditas *“subversivas”*, dos movimentos nacionalistas moçambicanos, em informações baseadas *“em fontes seguras”*. No Arquivo Histórico-Diplomático analisou-se o fundo dos Negócios Estrangeiros, sobre as *“actividades de indivíduos relacionados com os movimentos nacionalistas”*, documentos das organizações independentistas e recortes de jornais, zelosamente recolhidos por cônsules portugueses, bem como de *“Relatórios periódicos do Ministério do Ultramar”*. No Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo, a pesquisa incidiu em quatro fundos - o do Governo-Geral, da Administração Civil, da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas e o Arquivo da FRELIMO, o que permitiu uma amostra de tensões e conflitos. Por outro lado, seleccionou-se da Secção de História Oral um importante conjunto de entrevistas, confrontadas com um outro conjunto de testemunhos, recolhidos esses por nós.

Um conjunto de questões colocou-se-nos, logo à partida, na análise da documentação disponível: Quando se deu o salto qualitativo do protesto à acção armada? O que permitiu essa mudança? Foram factores internos? Quais teriam sido? Como se manifestaram? Teriam sido factores externos? Quais? Ou foi a conjugação de ambos? Porquê? Vejamos, com mais detalhe, cada uma destas questões.

¹²⁷ Directora do Centro de Estudos Africanos na UEM, doutorada pela Universidade de Bradford.

¹²⁸ Professor na UFICS - UEM, o seu percurso como antigo combatente tem-lhe permitido esse projecto. Gentilmente autorizou-nos a consultar o Arquivo da FRELIMO.

1. Os factores internos

A documentação sugeriu-nos novas perguntas, no quadro do regime colonial: A repressão, a carga das polícias e dos tribunais aumentou? Porquê? Com que impacto? Que consequências advieram da colaboração entre polícias? Por outro lado, o estudo da imprensa, porta-voz do movimento associativo levanta um véu de conspiração, que nos interessa desmontar: Haveria nas associações africanas um ambiente propício ao desenvolvimento da resistência? Até que ponto, as escolas das missões e das diferentes Igrejas e Mesquitas foram uma retaguarda dos movimentos de libertação?

2. Os factores externos

Todavia, o corpo documental seleccionado impõe-nos uma abordagem do peso dos factores externos, a saber: A conjuntura política internacional não teria sido relevante? Quais foram os apoios determinantes, no quadro mundial? E, no âmbito regional, na África Austral, até que ponto foi relevante a questão política partidária?

Tanto os registos da administração colonial, como dos movimentos de libertação sugerem-nos a interpenetração dos dois factores, internos e externos, na preparação e no desenvolvimento da luta pela independência, com considerandos e pesos, obviamente diversos. Vejamos, então quais são essas diferenças? Na ótica do regime, que hipóteses iremos desmontar? Porquê a supremacia dos factores exógenos? De que maneira foram subestimados os factores internos? Porquê? Por quem? Que colaboração houve entre regimes na região da África Austral? Dentro dessa colaboração, como foi a actuação conjunta das polícias?

Nos documentos das organizações nacionalistas, o discurso é claramente diferente. Porquê o enfoque na situação interna? Quais são os apoios, considerados essenciais para a luta? Qual foi o impacto do movimento revolucionário, a nível mundial? Qual o papel das Igrejas? Como são entendidos os factores externos?

Estas são algumas das perguntas que lançámos ao material de que dispomos e que continuaremos a investigar. Temos a consciência de que pelo facto de muitos documentos da PIDE em Moçambique terem sido destruídos nos torna muito mais difícil a pesquisa. Por outro lado, com todas as cautelas reconstituiu-se a actuação dos movimentos nacionalistas, a partir de fontes escritas coloniais. Claro que tivemos o cuidado de as confrontar, através de outras fontes, nomeadamente as orais. A tese que defendemos do crescente empenho dos movimentos nacionalistas em provar, interna e externamente a justeza da sua causa, bem como a intransigência

do regime colonial em aceitar “*os ventos da História*”, parece-nos que legitimaram o recurso à violência revolucionária, da luta armada, como a única forma de se alcançar a independência. E, como de análise se trata, passemos à interpretação do corpo documental.

Interpretação das Fontes Disponíveis

O aparelho repressivo montado pelo regime colonial negava aos africanos quaisquer direitos políticos e liberdades civis. Constatámos como no *Brado Africano* se fez a denúncia de leis de excepção que proibiam o direito de cidadania para quem não fosse assimilado. Sempre que houve tentativas para reclamar os seus direitos, as pesadas mãos da polícia e de tribunais especiais reprimiram-nas ferozmente. Apesar da brutalidade do regime, houve quem aproveitasse a calada da noite para distribuir panfletos a desafiar o poder, mesmo na capital, em Lourenço Marques. Corria o ano de 1949 e um grupo de jovens, assinando - “Os Humanos” -, tinha gravado um comunicado, em *stencil* para não ser identificado. Terminada a 2ª. Guerra Mundial, as nações aliadas tinham derrotado o nazismo e o fascismo, era pois então, a vez de o colonialismo ser combatido. Descobertos, alguns desses elementos foram presos pela polícia e transferidos para a metrópole aprisionados¹²⁹.

Os “*custos sociais do colonial-capitalismo*”, de que falam os historiadores Allen e Barbara Isaccman¹³⁰, mostram-nos bem os métodos utilizados pelo regime para prevenir qualquer manifestação da oposição africana, isto é, “*o controle da educação, o trabalho forçado, a deportação, repressão policial e militar, controle dos movimentos dos Africanos através da imposição de horas de recolher e do sistema de passes, a censura severa dos jornais, dos livros, dos filmes e discos, a tortura, a prisão sem julgamento, as execuções sumárias e o terror*”¹³¹.

A estratégia da resistência foi, então, de se refugiar em territórios limítrofes de Moçambique, aproveitando a existência de um grande número de exilados, atraídos pela possibilidade de trabalho nessas zonas. Com a organização em movimentos independentistas dava-se assim o salto qualitativo da ruptura do protesto para a acção armada. Segundo uma circular confidencial da PIDE, sobre o “*Movimento de Emancipação de Moçambique*”, é-nos indicada uma data para essa

¹²⁹ Entrevista a João Mendes, realizada em Maputo, no ano de 1988.

¹³⁰ ISACCMAN, Allen e Barbara, *Mozambique. From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, pp. 53-59.

¹³¹ "Angola e Moçambique. Relatório da Comissão de Informação e Pesquisa da Conferência Internacional de Estudantes", Holanda, COSEC, 1961/62, p. 17. In AN/TT, PIDE, Proc. nº. 326/61.

transferência. “*Os movimentos associativos de moçambicanos no Tanganica começam a organizar-se em fins de 1956, mas nessa altura como associações de fins mutualistas*”¹³².

Para responder à questão sobre que factores teriam permitido essa mudança, parece-nos que não se deve apenas considerar o suporte de organizações partidárias desses países, mas antes compreender se se transferiram como associações de natureza mutualista é porque havia população africana, originária de Moçambique aí residente, que carecia desse apoio. Não nos esqueçamos de que as fronteiras coloniais foram arbitrariamente dividir população da mesma etnia.

Sobre os trabalhadores emigrantes deteve-se com particular atenção num espião belga, que assina um relatório intitulado, (pensamos que pela PIDE), “*Moçambique visto por um estrangeiro que conhece bem a Província*”, (provavelmente o próprio Cônsul belga). Após ter caracterizado o fenómeno da emigração, em termos quantitativos e de ter analisado as razões da mesma, explicou porque se deteve nesse assunto, “*porque estou certo de que se alguma vez houver dificuldades, elas serão originadas pela infiltração de elementos subversivos, trazidos para Moçambique pelos emigrantes. Infiltração que poderá ser marxista e materialista e que se aliará à influência mais aberta do crescente*”. E, concluiu: “*Como modo de vida dos países vizinhos é de longe muito superior ao de Moçambique, verifica-se um movimento migratório num só sentido. Os indígenas da África do Sul, Rodésias e Niassalândia e mesmo do Tanganica, não descem para Moçambique*”. Vaticinando o que aconteceria:

Aliás é deste lado que se poderão levantar problemas, quando um dia, o Tanganica ou Niassalândia tiverem atingido um certo grau de autonomia ou de independência: como a fronteira é puramente artificial e as relações entre as populações muito contínuas (os mesmos dialectos, as mesmas tribos) a infiltração de ideias “novas”, o nascimento de esperanças e mesmo de exigências de carácter nacionalista serão possibilidades reais¹³³.

Quais eram, então, as forças em contenda? Para tentar explicar esse complexo micromundo da sociedade colonial isolamos, como atrás dissemos, apenas dois fenómenos - o da repressão e o da resistência. Assim, iremo-nos debruçar sobre a Polícia Internacional de Defesa do Estado, o

¹³² Ver Circular UL-60, de João Hall Themido, Lisboa, 03.09.1963. In ANTT, PIDE, Proc. nº. 326/61, p. 98. Para contextualizar a problemática da resistência ver FRIEDLAND, Elaine A., “Mozambican Nationalist Resistance: 1920-1940”, in *Trans.African Journal of History*, vol. 8, nº. 2, 1979, p. 117-128; cf. CHILCOTE, Ronald H., *Emerging Nationalism in Portuguese Africa*, Stanford California, Hoover Institution on War, Revolution and Peace, Stanford University, 1969.

¹³³ Datado de Abril de 1958, em Bruxelas. In AN/TT, AOS/CO/UL-33, p.7 e 29.

principal órgão de repressão¹³⁴ sobre os movimentos de libertação, nomeadamente MANU, UNAMI, UDENAMO e da sua fusão, a FRELIMO¹³⁵.

A perspectiva da análise do que vamos chamar *the dark History*, uma História de penumbra, de sombras tal como a documentação nos sugeriu, parece ser a verificação no seu relacionamento de uma proporcionalidade entre forças antagónicas, ao nível da prática, pelo que chegou até nós, através do Arquivo da PIDE, da sua Delegação na Colónia, dos SCCIM¹³⁶ e do Corpo de Polícia de Moçambique, informação cotejada com a recolhida em fontes orais. Os acontecimentos desde 1958, com a luta eleitoral protagonizada por Humberto Delgado, reforçaram a vigilância da PIDE, que estabeleceu um controlo sobre alvos suspeitos de actividades subversivas particularmente em Angola, desde Janeiro de 1961, na Baixa do Cassanje. E as pressões internacionais sobre Portugal e o destino do ultramar português condicionaram o ambiente político em Moçambique nesse ano de 1961.

Um estrangeiro “residente” na Colónia, “elaborou a informação...” da qual retiramos o seguinte extracto:

O esforço militar foi acompanhado de certas medidas policiais. A PIDE, cujo orçamento dobrou no início do ano, aumentou consideravelmente os seus efectivos, em primeiro lugar os da sua rede negra.

Em Junho foram enviados uns 500 polícias pela Metrópole para reforçar os efectivos da Província.

Depois de um estágio em Lourenço Marques, os recém-vindos são transferidos para o mato, onde o seu fim essencial consiste em recolher informações. “Mais vale prevenir, do que remediar,” dizia-me ainda recentemente a este respeito o seu chefe, o major Aires de Abreu.

O controle dos estrangeiros foi reforçado e para melhor fiscalizar as suas idas e vindas, foram criados mais 30 postos nas fronteiras, da PIDE.¹³⁷

Vejamos, com mais profundidade, qual era a estratégia da PIDE, segundo a Ordem de Serviço nº. 141, de 21 de Maio de 1962¹³⁸:

¹³⁴ A partir de 1954, a PIDE viu a sua acção alargada ao ultramar português. Cf. *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 748. Contudo, apenas encontrámos as primeiras informações no ano de 1958 e as ordens de serviço em 1962. Ver AN/TT, PIDE/ DGS, Delegação de Moçambique, NP 11583. Cf. MONTEIRO, L. A. Pinto, *Gabinete de Propaganda e Contra Propaganda*, s.l., (Maputo); Cegraf, 2001, p. 25 e 81.

¹³⁵ Considerou-se apenas os principais movimentos, sobre os quais incidiu a acção policial.

¹³⁶ Os SCCIM, isto é, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique. O Decreto-Lei nº. 43 761, de 29 de Junho de 1961 criou nas Províncias de Angola e Moçambique, respectivamente os SCCIA e os SCCIM. In *Boletim Oficial*, Iª. série, nº. 28, de 15.07.61, pp. 895-896; ver o Diploma legislativo nº. 2 205, de 21 de Fevereiro de 1962, que definiu as atribuições dos SCCI. In *Boletim Oficial*, Iª. série, nº. 7, de 21.02.62, pp. 225-226.

¹³⁷ Ver Informação nº. 360/62-G.U., com o assunto "A Situação em Moçambique no Decurso de 1961", de 7.4.62. In AN/TT/ PIDE/DGS, "MANU", NP 326-SR/61, pp. 256-261

¹³⁸ In AN/TT, PIDE/DGS, Del. Moçambique, Ordens de Serviço, Jan.- Jun., 1962, NP11583, p. 1-2.

CUMPRIMENTO DO DEVER

Conhecem os funcionários desta Polícia os esforços que os inimigos externos e internos da Pátria vêm desenvolvendo, há algum tempo, para subverterem a Ordem, não escondendo a sua torpe e iniludível finalidade: comunisar a Nação, esta terra de Santa Maria que os nossos avós nos legaram. Aproveitam esses inimigos, para a sua luta, internamente, a cumplicidade de uns - traidores como eles - a complacência e tibieza de outros, a ambição e o despeito de uns tantos, e até a ingenuidade de um menor número. Não tem o inimigo conseguido - e Deus não há-de permitir que o consiga - ver o caos instalado na nossa terra. Mas a luta é de vida ou de morte.

E todos os que põem ao alto Deus, a Pátria e a Família, sabem que, neste combate, não há lugar a abrandamento nem a complacências. Aqui, nesta Casa, que é a Polícia Internacional e de Defesa do Estado, todos sentem que é imperioso preservar, sem desfalecimento, na tarefa que nos incumbe, dispostos, cada vez mais, ao integral cumprimento do dever e a todos os sacrifícios.

Aos novos funcionários, a quem especialmente me quero dirigir, aos que ultimamente ingressaram nesta Corporação, desejo que sintam ser ela o primeiro baluarte em face de quantos atentam contra a ordem, contra o Estado, contra a Pátria. Não há por isso que dar tréguas ao inimigo comum, bem ao contrário. No momento actual, desejo afirmar aos novos, como aos veteranos desta Casa, que não basta cumprir simplesmente, mesmo quando integralmente, as ordens superiores. Há que fazê-lo com fé, com a decidida vontade de não nos deixarmos bater em nenhum aspecto da luta.

A simples propagação do boato que tanto alarme provoca nos espíritos fracos, não pode sequer imaginar-se sem a necessária repressão. Para além dessa singela faceta da luta, qualquer que seja a modalidade com que ela se apresente, estaremos firmes no cumprimento das atribuições que orgulhosamente nos competem. A data luminosa do “28 de Maio”, que se aproxima, irá encontrar-nos, mais ainda, se é possível, nessa calma certeza e decidida resolução¹³⁹.

Desmontando o discurso, apercebemo-nos do seu tom militarista: A corporação como um “*baluarte*”, a “*luta*” que “*é de vida ou de morte*”, o “*combate*” que exige “*cumprimento do dever*”, bem como “*todos os sacrifícios*” e, finalmente, a referência à data “*luminosa*” de “*28 de Maio*”; mas é, sobretudo, uma linguagem nitidamente policial: Com a alusão a todo o tipo de inimigos, “*externos e internos*”, que atentam “*contra a ordem, contra o Estado, contra a Pátria*”. Mesmo o simples boato não pode ficar “*sem a necessária repressão*”. Aos “*esforços*” da subversão, que tem como “*finalidade: comunisar a Nação*” e, “*não há que dar tréguas ao inimigo comum, bem ao contrário*”.

A exortação ao “*cumprimento do dever*”, aos “*novos*” bem como aos “*veteranos*”, nesse momento, em que corria o ano de 1962, parece exigir uma tarefa ciclópica, já que “*não basta cumprir (...) as ordens superiores. Há que fazê-lo com fé, com a decidida vontade de não nos deixarmos bater em*

¹³⁹ Ver os Decretos-Lei nº. 39.749, de 9.8.54. In *Boletim Oficial*, Iª. série, nº. 36, de 04.09.54, p. 494-502; nº. 43.582, de 04.04.61. In *Boletim Oficial*, Iª. série, nº. 16, de 22.04.61, pp. 503-509.

*nenhum aspecto da luta”, definida claramente pelo Subdiretor interino, como sendo de “vida ou de morte”*¹⁴⁰.

A ordem de serviço seguinte¹⁴¹ dava conta da fase de organização regional, em que a PIDE se encontrava. Assim, a Portaria nº. 19.165, de 04.05.62¹⁴² mencionava a criação de sub-delegações da Polícia Internacional e de Defesa do Estado “*com sedes em João Belo (Xai-Xai/Gaza), Inhambane, Porto Amélia (Pemba/Cabo Delgado) e Vila Cabral (Lichinga/Niassa), na Província de Moçambique, dependentes da Delegação do referido Organismo em Lourenço Marques...*”

Quando defendemos a tese de que a PIDE atuou como principal órgão de repressão contra alvos preferenciais, suspeitos de subversão, argumentamos a partir da documentação oficial da administração colonial, a que tivemos acesso e que demonstra como a PIDE supervisionou tudo e todos. É bem significativa essa dependência na Ordem de Serviço nº. 246, de 2 de Setembro de 1964:

Divisão Distrital da Província.

Para conhecimento se ratifica a divisão distrital da Província e sua dependência às Sub-Delegações desta Polícia:

- Aos Serviços Centrais da Delegação:
- Distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane.
- Postos: - Marítimo de Lourenço Marques;
- Aeroporto de Lourenço Marques;
- Goba;
- Ressano Garcia;
- Malvéria.
- À Sub-Delegação da Beira:
- Distritos de Manica e Sofala e Zambézia.
- Postos: - Marítimo da Beira;
- Aeroporto da Beira;
- Machipanda;
- Vila Nova de Fronteira;
- Penhalonga.
- À Sub-Delegação de Nampula:
- Distritos de Moçambique, Niassa e Cabo Delgado.
- Postos: - Marítimo de Nacala;
- Aeroporto de Nampula.
- À Sub-Delegação de Tete:
- Distrito de Tete.¹⁴³

¹⁴⁰ O Sub - Director interino era o major Fernando Eduardo da Silva Pais que substituiu o director da PIDE, exonerado a seu pedido, o tenente-coronel Homero de Oliveira Matos. Ver Ordens de Serviço nº. 96, de 6 de Abril de 1962, e a nº. 100, de 10 desse mês. In AN/TT, PIDE/DGS, Del. de Moçambique, NP11583.

¹⁴¹ Ver Ordem de Serviço nº. 142, de 22 de Maio de 1962. In AN/TT, PIDE/DGS, Del. de Moçambique.

¹⁴² In *Boletim Oficial*, nº. 20, Iª. série, de 19 de Maio de 1962, p. 878.

¹⁴³ In AN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Moçambique, Ordens de Serviço, NP 11584, 2º. vol., pp. 1-2.

A PIDE ficou assim, em 1964 a cobrir todo o território, instalada desde a capital da Colónia até à localidade, considerada estratégica, já que era no seio da população que se escondia o *Inimigo*. Vejamos os exemplos da instalação de postos: “... nas localidades de Ressano Garcia (estação de caminho-de-ferro) e Goba (estação de caminho-de-ferro), ambas situadas no distrito de Lourenço Marques, dependentes do mesmo organismo com sede nas referidas localidades...”¹⁴⁴ Isto não significa que não existissem funcionários da PIDE a trabalhar, ao nível local, antes de 1964, articulando com o Administrador e mesmo com as forças armadas, como se pode verificar em Mueda no Distrito de Cabo Delgado, aquando do massacre de camponeses, em frente da administração, a 16 de Junho de 1960¹⁴⁵. A PIDE funcionou, portanto, como um órgão de repressão e de aniquilamento de massas. O seu zelo foi reconhecido pela autoridade máxima, o Governador-Geral, “pela maneira eficiente como esta Polícia actuou na referenciação e detenção dos indivíduos treinados que a FRELIMO enviou a esta Província, em missões de reconhecimento, propaganda, aliciamento e prática de terrorismo...”¹⁴⁶. A mesma fonte dava conta da prisão de dois elementos da FRELIMO - Matias Zefanias Boa¹⁴⁷ e Joel Romeu dos Santos Monteiro¹⁴⁸, que tinham como missão, a abertura da frente Sul.

Um estudo de caso

A violência, a tortura e a morte foram o quotidiano de sofrimento dos presos políticos. Encontrámos depoimentos trágicos, entre os anos de 1963 e 1974, em *Tortura na Colónia de Moçambique*¹⁴⁹, publicados “exactamente como foram recolhidos”¹⁵⁰. Vejamos o depoimento do mais jovem preso político, que viu morrer muitos patriotas moçambicanos:

José Pedro Cudingússi. Trabalhava na ponte do rio Musado, morava (no) Régulo Gone, ao pé do rio, administração de Mocímboa da Praia. Preso em 1 de Setembro de 1964, com 14 anos de idade e solto na terceira semana de Maio de 1974, com 24. Preso pela tropa que o levou para a Mueda, para o quartel. Foram presas nessa obra 30 pessoas. Forma de interrogatório e tratamentos a que foi sujeito: Logo que

¹⁴⁴ Ver a Ordem de Serviço nº. 251, de 7 de Setembro de 1964. In AN/TT, PIDE/DGS, Del. Moçambique, Ordens de Serviço, NP 11584, 2º. vol., p. 1.

¹⁴⁵ Ver o processo relativo ao massacre de Mueda. In AN/TT, SCCIM, caixa 15, pp. 284-285.

¹⁴⁶ Ver a Ordem de Serviço nº. 357, de 22 de Dezembro de 1964. In AN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Moçambique, Ordens de Serviço, NP 11584, 2º. vol., pp. 1-2.

¹⁴⁷ Preso no dia 20 de Dezembro, com o Proc. 670/64 - Reg. 1.422/64.

¹⁴⁸ Detido no dia 21, conhecido também por Joel Guduane Chibambo ou Maduna Xinana, com o Proc. nº. 678/64 - Reg. 1.519/64.

¹⁴⁹ Editado no Porto, Afrontamento, 1977, 125p.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 8 e p. 68-69.

chegaram ao quartel começaram a bater-lhe com as coronhas e outros eram pendurados e enforcados à frente de todos. Quem fazia isto era o Alferes Antunes e o tenente de Mueda (não sabe o nome). Durante estes 5 dias bateram-lhes tanto que morreram 13 pessoas. Seu pai, Pedro Cudingussi, foi degolado e ele viu isso. Depois esmagaram-no a Caterpillar, para adubar. Ibo- Todos os dias eram chicoteados e batiam-lhes com coronhas de espingardas e quando iam a interrogatório batiam-lhes e perguntavam-lhes depois o que é que eles queriam. Todos respondiam que queriam governar Moçambique e então batiam ainda mais. Não lhes davam comida e eles comiam apenas mandioca seca. Sempre com feridas de pancadas ninguém os curava. Era a água do mar que curava. Quando eles iam para a cela, mais de 200 pessoas, muito apertadas mal conseguiam respirar e morriam. Aqui os punham todos despidos, sem luz e pouco ar. Mortos no Quartel de Mueda: Pedro Cudingussi, Tobias Copalika, Lafique Simone, Casiano Cominhoco, Vicente Macuba, Tomás Baúde, Liputto, Mamade, Cacuita, Lisboa, Galarica Kuamba, Madicanja e um outro. Mortos no Ibo: Não sabe nome de nenhum, mas viu morrer muitos. Machava: Sabe que morreu gente...¹⁵¹

O corpo deste jovem ficou marcado para sempre - deficiente, com um braço “meio paralítico” e *“profundas cicatrizes no peito e nas costas que lhe foram feitas com a electricidade. Também tem nas costas grandes cicatrizes feitas com sabre, coronha e machados.”* Apresentava igualmente cicatrizes nas mãos e nos pés. *“Tudo isto era feito com o alicate que apertava o arame o mais que podia até fazer as feridas contusas... Esteve 5 dias com estas algemas nos pés e nas mãos...”*¹⁵²

Seleccionámos um outro depoimento de um preso político, que se recorda de alguns dos mártires da independência moçambicana, bem como da sua região de origem, nomeadamente do Norte, Centro e do Sul da Colónia¹⁵³:

Matumbate Miguel Irineu. Encontrava-se em Ponta Mahone a aguardar transporte para Mueda. Foi preso por um oficial, dois furriéis e três soldados do exército, em 2 de Setembro de 1964. Forma de interrogatório e tratamentos a que foi sujeito: Numa unidade de Mueda, na presença do Tenente Carlos e de 2 soldados, foi iniciado o interrogatório. No lugar em que tiveram lugar as investigações, encontravam-se 2 cadáveres de Macondes. Tendo-lhe sido perguntado por aquele Tenente se era militante da FRELIMO, respondeu afirmativamente. Perguntando-lhe em seguida se era um dos responsáveis pela destruição da ponte de Mocímboa da Praia respondeu que não estava envolvido nessa acção. Perante isto ordenou àqueles soldados para o amarrarem e suspenderam-no no tecto. Amarrado pelo pescoço por uma corda que deslizava num tubo de ferro colocado verticalmente (tipo roldana), ficou suspenso durante uma hora. Passado esse tempo foi desamarrado e espancado com tábuas em todo o corpo. Foi amarrado novamente e por ordem do Tenente Carlos foi levado para o jeep, para ser morto. Nesse momento apareceu um capitão o qual perguntou ao Tenente o destino do prisioneiro e este respondeu que era da FRELIMO e que havia de ser morto. O capitão ordenou que fosse levado para o Ibo a fim de ser ouvido pela PIDE. Quando chegou ao Ibo, os chefes Ribeiro e Brites fizeram-lhe o

¹⁵¹ Idem

¹⁵² In *Tortura na Colónia de Moçambique*, p. 69-70.

¹⁵³ Idem, p. 109-110.

interrogatório e espancaram-no desta maneira: mandaram-no despir e foi espancado por 3 indivíduos, um à frente, outro atrás e outro nas nádegas.

Pessoas que sabe terem sido mortas:

Joel dos Santos Monteiro (também conhecido por Joel Maduna Chimana); Sidónio Bila; Suleimane Camissa «Faia» (Mocímboa da Praia); Pedro Macumbe (Vila Cabral); Júlio Penissela Mangrambe; António Chamisso (Beira); Carlos Juma (Vila Cabral); Alexandre Chicema (Vila Cabral); Alberto Stambulá (Vila Cabral); Salimo (Vila Cabral); Cardoso Jamisse Bié; Abdul Raiman; Armando Massango; Rafael Vilanculo; Avelino Jaime Nhantumbo; Javeia Josine; Alberto Machave.¹⁵⁴

Procurámos nos documentos do Arquivo da FRELIMO documentação sobre a situação das prisões na Colónia de Moçambique. A primeira referência¹⁵⁵ foi assinada pelo Presidente Eduardo Chivambo Mondlane durante uma conferência de imprensa em que apresentou Shafurdine Mohamed Khan como o representante do movimento nacionalista moçambicano no Cairo junto da R.A.U., destacando as suas qualidades, de resistência, clandestinidade e conhecedor da violência colonial:

(...) Brother Khan brought with him details of the appalling conditions in which our freedom fighters live in Portuguese prisons in Mozambique. Through him we are able to get written accounts by the prisoners themselves, of the cruel and inhuman ways in which the Portuguese Government tried to extract information from those who had the misfortune of falling in their hands. The information deriving from these accounts is being pro(e)pared for me at the forthcoming United Nations debates on Portuguese colonialism.

Na realidade, a FRELIMO apresentou perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU conforme se pode ler na “Voz da Revolução” relatos comprovados das atrocidades cometidas na Colónia de Moçambique.¹⁵⁶

No trabalho de campo na Província de Cabo Delgado, mais concretamente num dos bairros da cidade de Pemba, o de Paquitequete, encontramos uma bela mesquita (ver Gravura 7) e procurámos conhecer os seus fundadores. Ao entrevistarmos Anli Bacar e Sufo Buana¹⁵⁷ (Ver Gravura 8) demos conta como foram tecidas histórias de vida e de sofrimento pela denúncia de terem conseguido angariar a verba necessária para a construção da referida mesquita! Nos seus

¹⁵⁴ In *Tortura na Colónia de Moçambique*, p. 110.

¹⁵⁵ “Press Conference”, FRELIMO, Cairo, 18-09-1963. In DRE, cx. 29, p. 2.

¹⁵⁶ Cf. “Portuguese Atrocities in Mozambique”. In: *Mozambique Revolution*, nº. 45, Oct.-Dec., 1970, pp. 8-12 e “An ex-prisoner describes his experiences in Portuguese colonialist prisons. Inside Caetano’s prisons”. In *Mozambique Revolution*, nº. 57, Oct.-Dec., 1973, pp. 18-19.

¹⁵⁷ Entrevistas a 26-04-2012 em Pemba.

impressionantes testemunhos ficámos a saber os contornos da trajectória de resistência e clandestinidade que os levou à prisão da Fortaleza de S. João Baptista no Ibo.

Considerações Finais

A Hermenêutica, a Heurística e finalmente a desfragmentação por nós praticadas em fontes orais e escritas existentes nos arquivos foram o suporte documental mais significativo do presente texto que pretendeu fazer a reconstituição das marcas do passado e as iniciativas das associações islâmicas estudadas. Todavia, os detalhes mais coloridos foram descobertos nas fontes iconográficas. A imagem deu-nos pormenores relevantes do convívio social que, interpretados, nos ajudam a compreender a complexidade da sociedade colonial e pós-colonial bem como os fenómenos de guerra e de Paz.

O confronto do material produzido pelas autoridades coloniais em relatórios da administração civil, dos chamados negócios indígenas, do exército e da polícia com o dos movimentos independentistas, sobretudo o da FRELIMO, sugere uma rede clandestina operativa com iniciativas de afirmação identitária, moçambicana, na designação de “subversiva”, no tempo colonial. Um facto importa a assinalar: a função de “controlo” das comunidades muçulmanas, tanto do aparelho do Estado colonial como do pós-colonial, revelando-se assim como um fenómeno de continuidade.

A importância da investigação mantém-se na busca incessante de aspectos subjetivos entre os quais se destaca a reclamação de uma identidade Moçambicana, por parte de famílias entrevistadas e, de iniciativas objetivas de diálogo e tolerância inter-religiosa. Novos problemas surgem como se pôde observar com estrangeiros muçulmanos vindos da Nigéria, do Corno de África e mesmo de países do Norte do continente, onde a instabilidade política tem incentivado a migrações forçadas. A solidariedade islâmica aí funciona, tornando-se as mesquitas pequenas para receberem tão grande número de fiéis.

Num ambiente de multipartidarismo, próprio do período de transição para uma democracia, importa igualmente destacar a força das Associações Islâmicas na “frágil” sociedade civil Moçambicana, em busca da Paz. Nesses movimentos cívicos, como as marchas, reivindicando o fim da corrupção, da onda de raptos e da guerra, são as mulheres a força mais dinâmica e visível.

Como se pôde constatar pela pesquisa realizada em Moçambique, o património cultural imaterial e material construído ao longo do território atesta a presença secular, a força das comunidades e permite perceber os sentimentos de pertença e de ressentimento que a História e a Memória potenciam em identidades imaginadas.

Bibliografia

Fontes orais

- Entrevistas a João Mendes, feitas por Mário de Andrade, em 1985, e por António Sopa, em 1991. AHM, História Oral.
- Entrevista a João Mendes, realizada pela autora em Maputo, em 1988.
- Entrevistas no Paquitequete (Pemba), em 2012.

Fontes primárias

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

Documentação do Arquivo de Oliveira Salazar:

Impressões de diversas entidades estrangeiras sobre a situação em Moçambique, 1958-1964. In AOS/CO/UL-33, PT3.

Incidentes em Moçambique com os Macondes, 1960-1961. In AOS/CO/UL-32 A-1, PT2.

Informação sobre a situação política em Moçambique. Independência. Actividades externas e internas, 1960. In AOS/CO/UL-32, PT25.

Actividade da MANU, Mozambique African National Union, 1961. In AOS/CO/UL-32C, PT26.

Situação política em Moçambique. Actividade da UDENAMO, da MANU, da UNAMI, PPPM (Partido dos Problemas do Povo de Moçambique), 1959-1965. In AOS/CO/UL-9C, PT2.

Documentação do Arquivo da PIDE/DGS:

Proc. 326-SR/61, da MANU, 1961.

Proc. 2826-SC/SR, da FRELIMO.

Proc. 11 583, 1962, Ordens de Serviço da PIDE, Delegação de Moçambique.

Proc. 11 584, 1964, Ordens de Serviço da PIDE, Delegação de Moçambique.

Documentação do Arquivo dos SCCIM:

Caixa 14 - Documentos sobre associações.

Caixa 15 - Organizações políticas secretas.

Caixa 16 - Macondes.

Caixa 17 - Atitudes subversivas.

Caixa 22 - Motins, insurreições, levantamentos.

Caixa 373 - Associações.

Arquivo Histórico Ultramarino

Fundo do Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos:

Governo-Geral de Moçambique, Repartição de Gabinete. Ofício nº548/S. Secreto. Lourenço Marques, 8 de Abril de 1972. Para o Chefe do Gabinete do Ministro do Ultramar. Anexo: Governo-Geral de Moçambique, Conselho Provincial de Acção Psicológica. Acta nº14/972. Reunião de 18FEV1972 (“Grupo de Trabalho sobre o Islamismo”). (AHU, SR:061, pt.2)

Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos. Informação s/nº. Lisboa, 12 de Dezembro de 1972. Elaborada por Ângelo Ferreira. Sobre a actividade do Presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa relativamente ao Ultramar e especificamente a Moçambique (AHU, SR:163, pt.17C)

Arquivo Histórico de Moçambique

Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil, Secção A “Administração”:

Proc. 27/567 – Comunidade Islâmica de Porto Amélia (1972), cx. 62.

Proc. 27/573 – Associação Muçulmana de Porto Amélia (1971-1973), cx. 61.

Proc. 27/524 – Comunidade Muçulmana de Porto Amélia (1970-1971), cx. 57.

Arquivo da FRELIMO

Departamento de Relações Exteriores (DRE), cx. 29 (Cairo);

Departamento de Informação e Propaganda (DIP); *A Voz da Revolução*

Fontes secundárias

AAVV, (1977). *Tortura na Colónia de Moçambique. 1963-1974. Depoimentos de Presos Políticos*. Porto: Afrontamento.

COELHO, João Paulo Borges, (1993). “Protected villages and communal villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982). A history of state resettlement policies. Development and war”. Bradford: University of Bradford. (Tese de doutoramento.)

CRUZ e SILVA, Teresa, (org.), (2014). *Zedequias Manganhela*. Maputo: Marimbique.

ISAACMAN, Allen, e ISAACMAN, Barbara, (1984). *Mozambique. From colonialism to revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview.

MADEIRA, João Martins, (1996). “Prisões Políticas”. In: ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II. Lisboa: Bertrand Editora, pp. 800-801.

MALHEIROS, Mário, (1931). “Administration Publique et Justice”. In : *Moçambique*. Paris: Exposition Coloniale Internationale.

RUFINO, José dos Santos, (1929). *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, 10 vols. Hamburgo: Broschek & Co.

Webgrafia

A prisão da Machava

Fonte consultada a 07-07-16. In:

<http://ultimas-curiosidades.blogspot.pt/2013/04/machava-pior-prisao-do-estado-novo.html>

[Cadeia da Machava - Moçambique 1973 - YouTube](#)

► 19:34

<https://www.youtube.com/watch?v=eAyhOL6jzw0>

08/09/2015 - Carregado por Miguel Ferreira

A prisão de Mabalane

Fonte consultada a 18-07-16. In:

<http://www.verdade.co.mz>



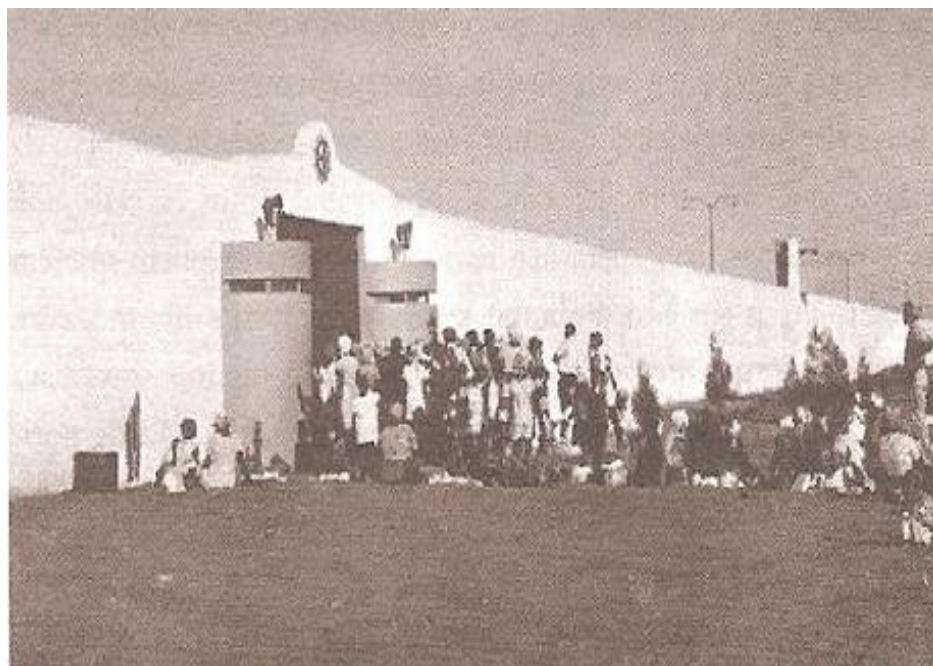
Gravura 1 – Uma Esquadra de Polícia em Maputo. In: Rufino, 1929, p. 25.



Gravura 2 – A Cadeia civil na Sommershild. In: Malheiros, Mário, 1931, pp.20-21.



Gravura 3 – A “Vila Algarve”. Cadeia da PIDE/DGS em Lourenço Marques. Fotografia da Colecção da Autora (2014)



Gravura 4 – A Cadeia da Machava. Fonte consultada a 07-07-16.

In: <http://ultimas-curiosidades.blogspot.pt/2013/04/machava-pior-prisao-do-estado-novo.html>



Gravura 5 – A Penitenciária Agrícola de Mabalane. In: *A Verdade*, 06-07-2012.



Gravura 6 – A Fortaleza de S. João Baptista. A Cadeia do Ibo. Fotografia da Colecção da Autora (2012)



Gravura 7 – Mesquita de Paquitequete (Pemba). Fotografia da Colecção da Autora (2012)



Gravura 8 – Entrevistados no Paquitequete. Fotografia da Colecção da Autora (2012)